

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Dados da Entidade

Natureza Jurídica

Órgão Público do Poder Judiciário Federal

Domicílio

Belém-PA

Atividade Principal

Administração Pública em Geral

Código da Unidade Gestora

070004

CNPJ

05.703.755/0001-76

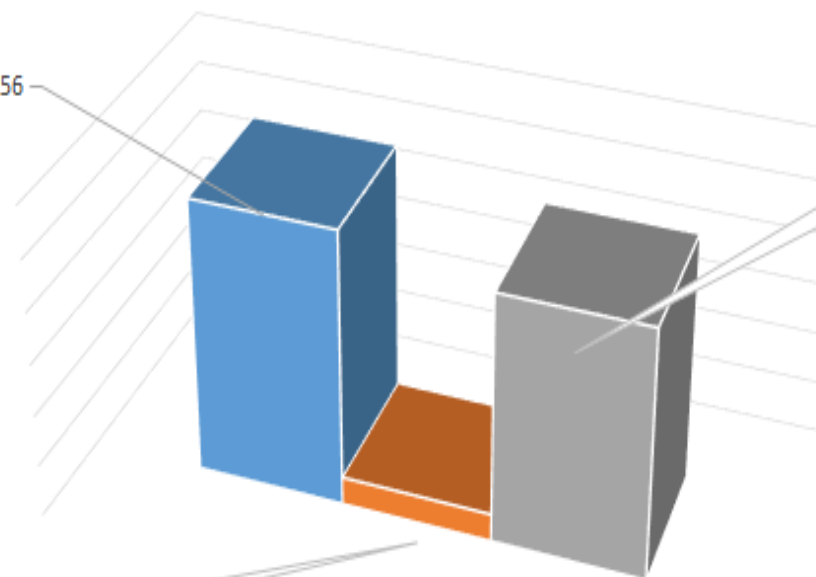
Balanco Patrimonial 2018

Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido

Ativo 107.197.398,56

Patrimônio Líquido
96.497.087,10

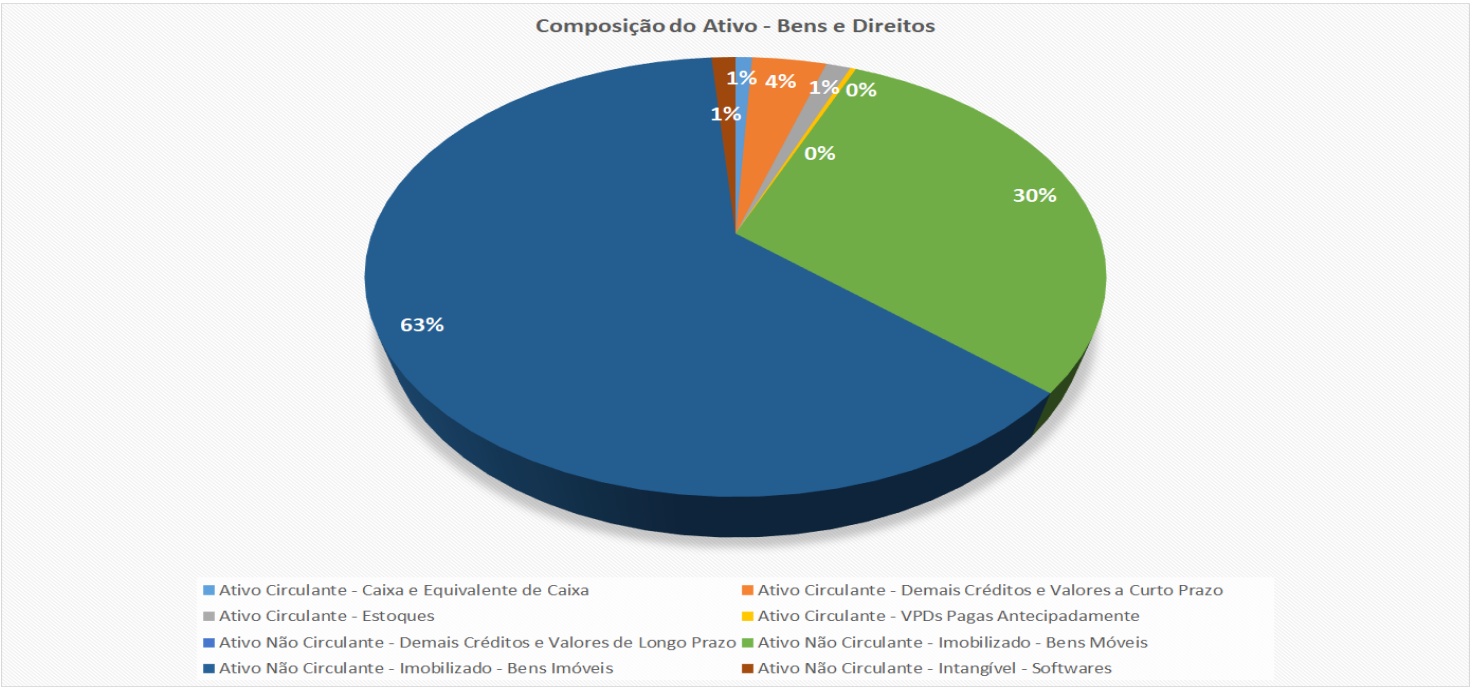
Passivo 10.700.311,46



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

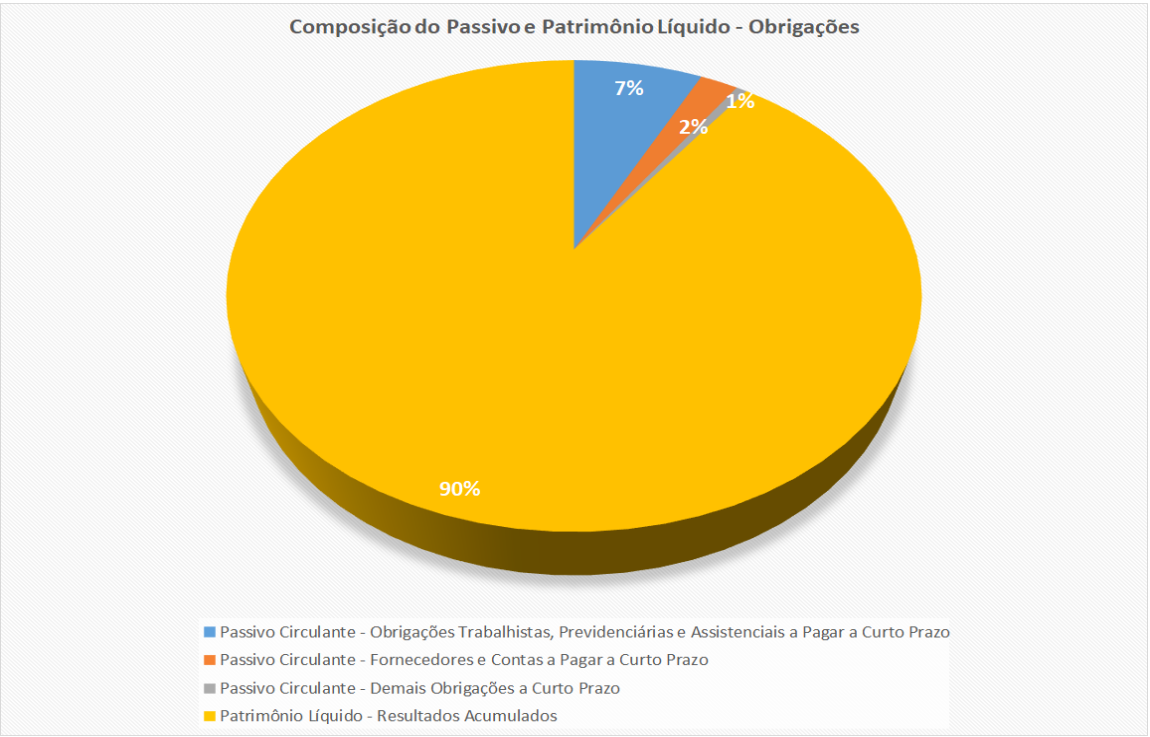
COMPOSIÇÃO DO ATIVO - BENS E DIREITOS							
Ativo Circulante - Caixa e Equivalente de Caixa	Ativo Circulante - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Ativo Circulante - Estoques	Ativo Circulante - VPDs Pagas Antecipadamente	Ativo Não Circulante - Demais Créditos e Valores de Longo Prazo	Ativo Não Circulante - Imobilizado - Bens Móveis	Ativo Não Circulante - Imobilizado - Bens Imóveis	Ativo Não Circulante - Intangível - Softwares
935.271,06	4.218.612,58	1.390.008,26	325.184,75	1.132,30	32.174.744,34	66.798.434,30	1.354.010,97



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

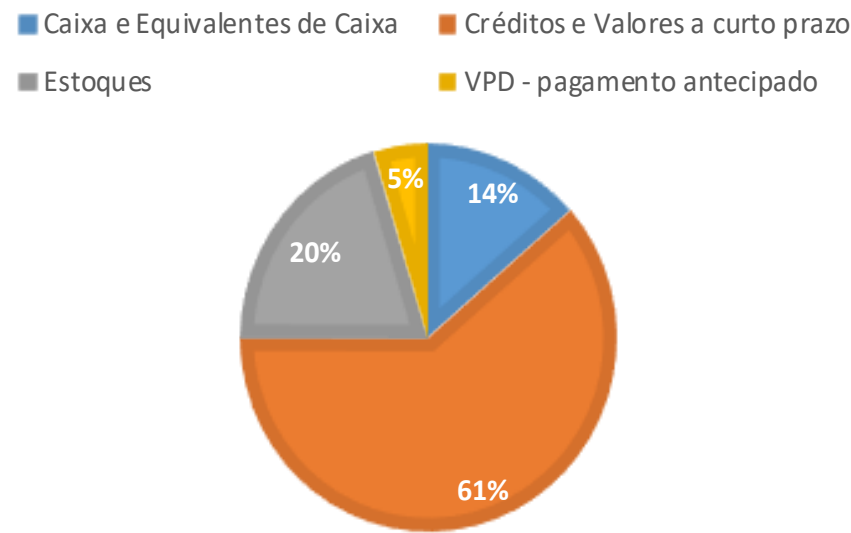
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OBRIGAÇÕES			
<i>Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</i>	<i>Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</i>	<i>Passivo Circulante - Demais Obrigações a Curto Prazo</i>	<i>Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados</i>
7.771.628,40	2.284.838,42	643.844,64	96.497.087,10



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE EM 2018



	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	935.271,06
Créditos e Valores a curto prazo	4.218.612,58
Estoques	1.390.008,26
VPD - pagamento antecipado	325.184,75
Fonte: SIAFI/STN	

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Caixa e Equivalentes de Caixa

Pelo Princípio orçamentário do caixa único (também conhecido como o da não-afetação de receitas), este Tribunal não possui conta bancária própria, tampouco arrecadou receitas orçamentárias, sendo que toda a entrada de recursos destinou-se exclusivamente ao Tesouro Nacional.

São oriundos do próprio Tesouro, mediante sub-repasses financeiros feitos pelo TSE, os recursos destinados ao pagamento dos gastos pelo Órgão.

Tais sub-repasses movimentam as contas patrimoniais representativas de Limite de Saque – tratando-se, portanto, de “recursos liberados pelo Tesouro” –, cujo saldo final em 2018, de R\$365.805,40 (trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e quarenta centavos), basicamente servirão, junto com novos repasses a serem recebidos no exercício seguinte, a atender as despesas orçamentárias de 2018 ainda não pagas (restos a pagar).

Também se encontram registrados em contas patrimoniais representativas de Caixa (e equivalentes de Caixa), os valores de depósitos em contas judiciais com saldo final, em 2018, de R\$569.465,66 (quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). Registrados pelo valor original, esses depósitos decorrem de apreensão de valores, de fianças pagas ou de transações penais em processos de infrações penais eleitorais que tramitam nos Cartórios Eleitorais.

Essas contas judiciais não se tratam, exatamente, de contas bancárias abertas, mas de controles próprios, emitidos pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal (CEF), para a guarda provisória desses valores, enquanto não se dá destinação final a eles dentro do devido trâmite judicial. Como este Tribunal não detém a posse desses recursos financeiros, à semelhança dos depósitos em consignação, a sua contrapartida se constitui em obrigação correspondente, presente no Passivo Circulante. O setor contábil está revisando tais valores, de modo a ajustá-los para melhor representar a real situação de cada processo.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Créditos em Circulação

O Ativo Circulante do Tribunal se concentra, em sua maior parte, nos créditos em circulação, representados pelo subgrupo de Demais Créditos a curto prazo, conforme demonstrado no infográfico anterior. São registrados em moeda nacional e sua avaliação e mensuração obedecem ao critério do valor original.

Dos créditos em circulação, destacam-se os adiantamentos (numerários) concedidos a servidores para pagamento de despesas a título de suprimento de fundos, que se constitui na alternativa adotada pela Administração para o pagamento de despesas pontuais ligadas à realização das Eleições nos Cartórios Eleitorais, tais como, transporte e manutenção predial. Ao final de 2018, o saldo correspondente a esses adiantamentos por suprimento de fundos, de R\$3.647.842,25 (três milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), corresponde àqueles cujos processos de prestação de contas se encontram em tramitação neste Tribunal.

Os demais créditos também são registrados pelo valor original. Deles, salientamos os créditos administrativos constituídos por débitos imputados a servidores pela falta ou irregularidade de comprovação de prestação de contas de recursos públicos recebidos, e por multas administrativas aplicadas a ex-contratadas em decorrência de infrações contratuais. Ao final de 2018, o montante dos saldos acumulados estava na ordem de R\$93.815,17 (noventa e três mil, oitocentos e quinze reais e dezessete centavos). O setor contábil está revisando tais valores, de modo a ajustá-los para melhor representar a real situação de cada processo. Os saldos que compõem os créditos administrativos são atualizados monetariamente pelo sistema Débito do Tribunal de Contas da União (TCU).

Cumprе ressaltar que, em 2018, foram encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) – através de sua representação neste Estado –, para cobrança executiva e judicial e inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), 2 (dois) créditos administrativos, no montante principal de R\$131.609,42 (cento e trinta e um mil, seiscentos e nove reais e quarenta e dois centavos) que, desse modo, foram baixados das respectivas contas representativas do Ativo.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

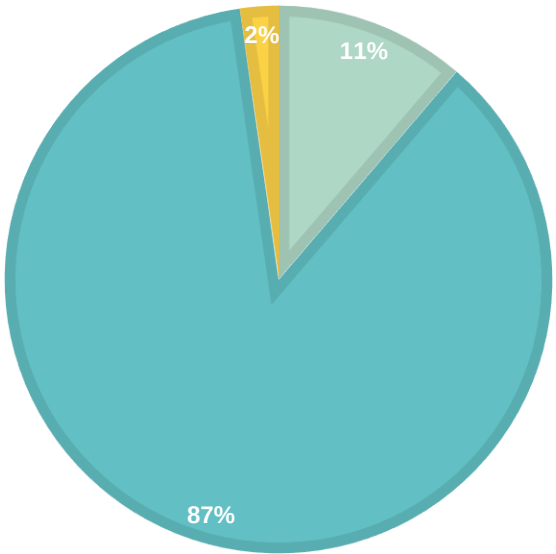
Balanço Patrimonial

Créditos em Circulação

	2018
Salários e ordenados - pagamento antecipado	475.171,90
Adiantamento por suprimento de fundos	3.647.842,25
Créditos Administrativos e outros - curto prazo	95.598,43
Fonte: SIAFI/STN	

COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

- Salários e ordenados - pagamento antecipado
- Adiantamento por suprimento de fundos
- Créditos Administrativos e outros - curto prazo



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Estoques

Este Tribunal registra as entradas de material no almoxarifado pelo seu valor de aquisição e aplica o custo médio ponderado para mensuração de todas as saídas em estoque para atender ao consumo interno, na forma preconizada na NBC TSP 04 (itens 35-37).

Quanto à fidedignidade dos saldos (finais) contábeis presentes nas contas patrimoniais de material em Estoque (de Almoxarifado), no total de R\$1.390.008,26 (um milhão, trezentos e noventa mil e oito reais e vinte e seis centavos) verifica-se, mensalmente, a sua compatibilidade com os registros presentes nos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado (RMA) expedidos pelos controles internos do setor de patrimônio.

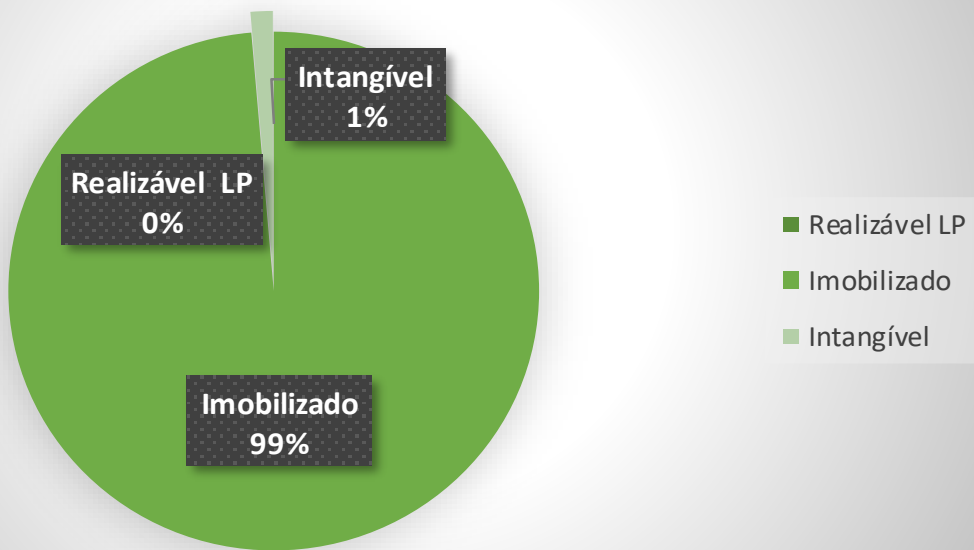
Em 2018, detectou-se divergência de saldo em conta de Estoque apenas em novembro, tendo sido providenciado seu regular ajuste dentro da competência do Exercício.



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Composição do Ativo Não-circulante



Composição do Ativo Não-circulante		
Realizável LP	Imobilizado	Intangível
1.132,30	98.973.178,64	1.354.010,97
Fonte: SIAFI/STN		

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Composição do Grupo de Ativo Não Circulante

Neste grupo de itens patrimoniais, constam aqueles destinados a prover o Tribunal dos meios necessários para o desempenho regular de suas atividades – naquilo que as normas contábeis tratam como a capacidade de se gerar benefícios futuros ao Órgão –, e que tenham uma existência duradoura, em que se espera utilizá-los para além do próprio Exercício, ou seja, a Longo Prazo (LP). Nesse sentido, compreendem tanto os imóveis destinados ao funcionamento da Sede e seus anexos, dos depósitos e dos Cartórios Eleitorais na Capital e no Interior do Estado, como também os bens móveis e as licenças de *softwares* adquiridos.

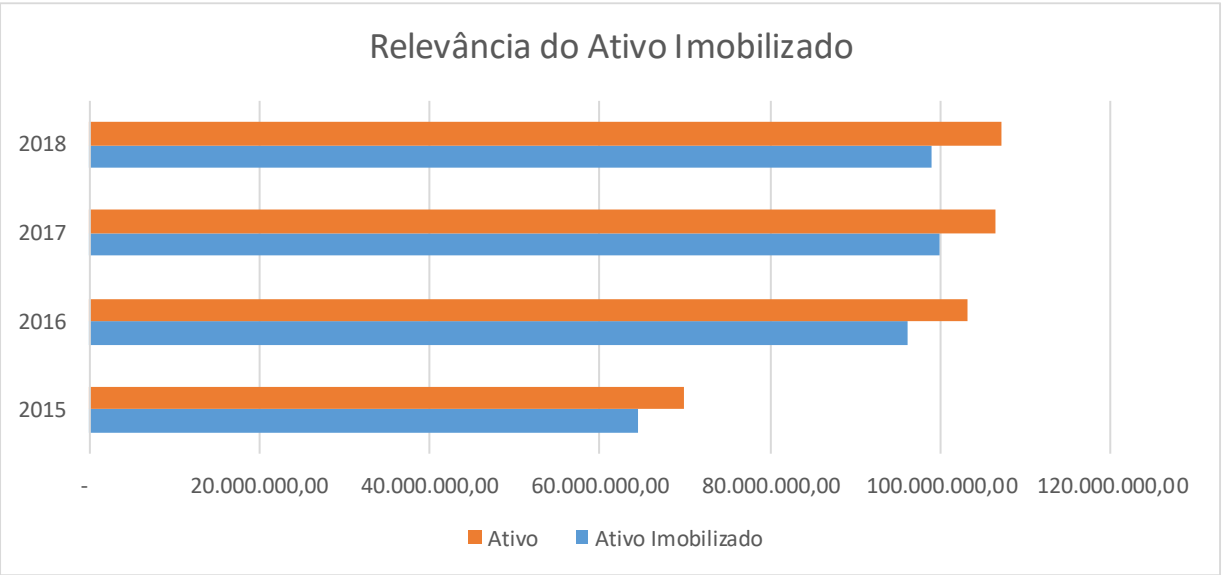
Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Imobilizado

Da aplicação das dotações orçamentárias e dos recursos financeiros recebidos, percebe-se a acentuada concentração de investimentos na formação de um patrimônio de bens móveis e imóveis. O Ativo Imobilizado se mantém, numa constante, ao longo dos últimos 4 anos, como relevante subgrupo patrimonial.

	2015	2016	2017	2018
Ativo Imobilizado	64.538.962,24	96.148.165,54	99.897.574,31	98.973.178,64
Ativo	69.919.848,99	103.093.044,72	106.563.930,19	107.197.398,56
Fonte: SIAFI/STN				



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

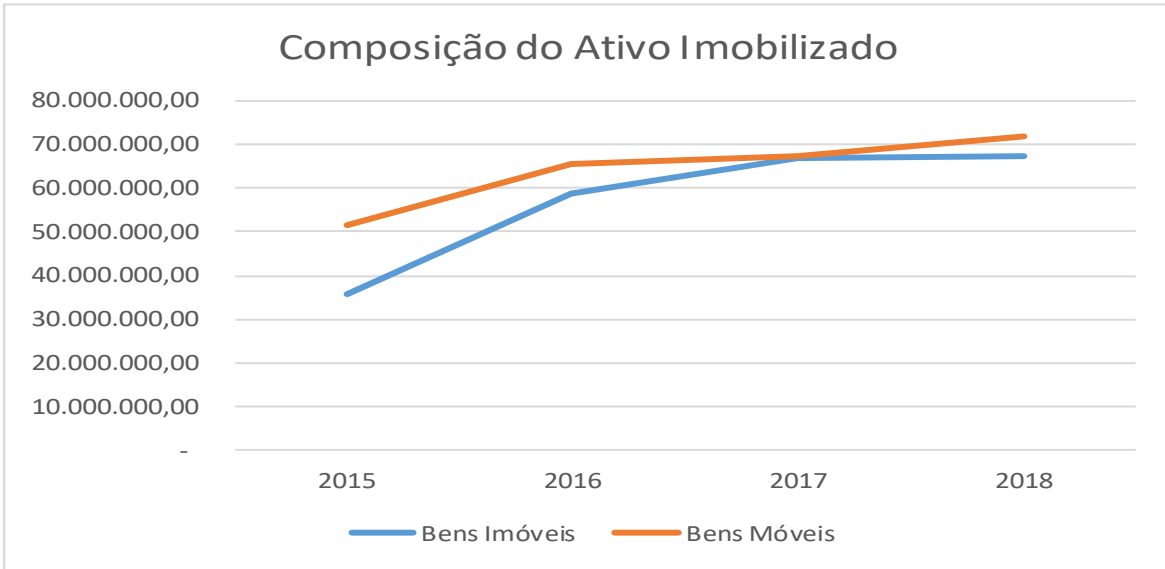
Imobilizado

Os esforços tomados pela Administração do TRE/PA na aquisição de imóveis, seja pela compra ou por processo de doação (junto ao Governo do Estado e outros Entes), nos últimos anos, restam evidenciados na relevância que os bens imóveis adquiriram dentro do próprio subgrupo do Ativo Imobilizado, conforme curva crescente no infográfico a seguir. O TRE/PA não possui a propriedade real desses imóveis, que passam a pertencer à União (como Ente federativo), porém lhe é concedida a utilização para os fins pleiteados, em processo de registro que tramita pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU).

	Composição do Ativo Imobilizado			
	2015	2016	2017	2018
Bens Imóveis	35.875.053,61	58.821.851,14	66.771.619,87	67.445.554,51
Bens Móveis	51.390.673,60	65.715.047,31	67.310.983,60	71.648.344,36

Obs.: Considerados em valores brutos, sem a depreciação acumulada.

Fonte: SIAFI/STN



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

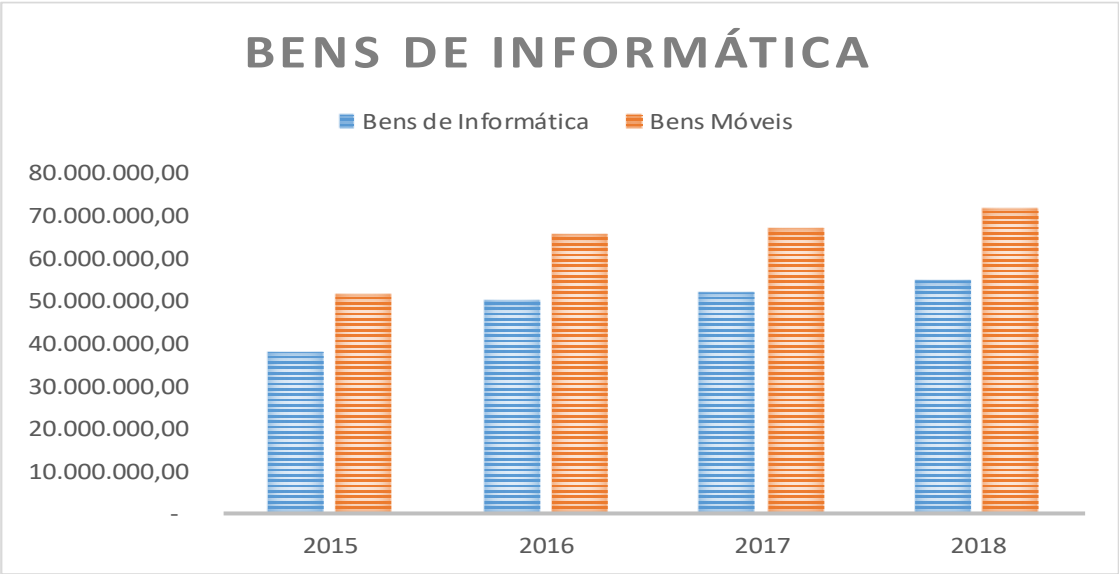
Balanço Patrimonial

Imobilizado

Outro foco de aplicação dos recursos está na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), seja por compra direta ou pela intermediação de outros tribunais eleitorais (compras centralizadas ou cessão de uso) que, nos últimos 4 anos, manteve-se em torno dos 75% (setenta e cinco por cento) das incorporações de bens móveis, o que denota a preocupação do TRE/PA em modernizar o seu parque de Informática para melhor atender suas finalidades, dentre elas, a de operacionalizar as eleições informatizadas.

	Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)			
	2015	2016	2017	2018
Bens de Informática	38.126.673,33	50.083.798,63	52.135.273,23	54.996.325,61
Bens Móveis	51.390.673,60	65.715.047,31	67.310.983,60	71.648.344,36

Valores brutos, sem considerar a depreciação acumulada
Fonte: SIAFI/STN



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Imobilizado

Ressalta-se que os itens do Ativo Imobilizado incorporados em 2018 foram mensurados pelos seus respectivos custos na aquisição ou na construção, conforme NBC TSP 07, uma vez que não houve procedimentos de reavaliação ou de redução a valor recuperável de bens no Exercício, à exceção dos imóveis incorporados após o seu registro no SPIUNet, em que o valor contabilizado é calculado a partir de parâmetros de mercado (área, perímetro etc.), inseridos no próprio sistema.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

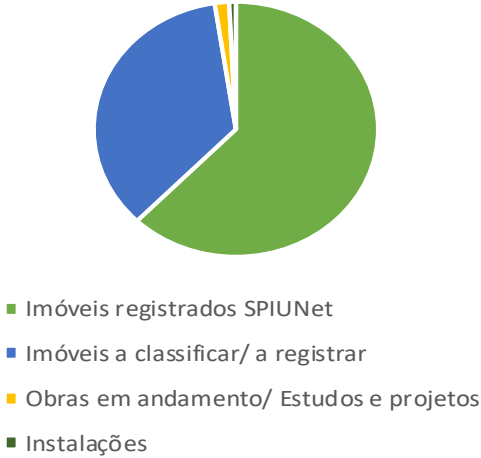
Balanço Patrimonial

Imobilizado

Em 2018, o SPU registrou, no SPIUNet, 2 (dois) novos imóveis com utilização para este Tribunal, no total de R\$1.193.837,98 (um milhão, cento e noventa e três mil e oitocentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos). Ainda assim, ressalva-se o saldo final na conta de “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar”, de R\$23.858.086,17 (vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e oitenta e seis reais e dezessete centavos). Esse valor corresponde a 35,37% (trinta e cinco inteiros e trinta e sete centésimos por cento) ao total dos imóveis contabilizados em nome deste Tribunal, e evidencia os ainda não cadastrados no SPIUNet, em razão de pendências de documentação ou outras no registro no SPU ou em Cartório, e que, portanto, merecerá atenção especial dos setores envolvidos para o Exercício seguinte.

Imóveis registrados SPIUNet	Imóveis a classificar/ a registrar	Obras em andamento/ Estudos e projetos	Instalações
41.973.962,87	23.858.086,17	1.098.629,77	514.875,70
Fonte: SIAFI/STN			

Composição dos imóveis contabilizados



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Imobilizado

Quanto à fidedignidade dos saldos contábeis presentes nas contas patrimoniais de bens móveis e de suas respectivas depreciações acumuladas, periodicamente, verifica-se a sua compatibilidade com a movimentação mensal de bens, através do batimento com os Relatórios de Movimentação de Bens Móveis (RMB) expedidos pelos controles internos do setor de patrimônio. Em 2018, foram detectadas divergências de saldos em contas de bens móveis e de depreciação em janeiro, abril, maio, junho, cujas regularizações foram providenciadas dentro da competência do Exercício.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio

Depreciação

O TRE/PA aplica taxas mensais de depreciação sobre o conjunto de seus bens móveis, demonstrado no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial, e que são reconhecidas como despesas de cada Exercício. A depreciação de um bem serve para quantificar o grau de desgaste natural ao longo de sua vida útil, produzido pelo seu consumo, pela sua obsolescência/defasagem tecnológica ou por outros fatores que reduzem o valor de seu custo de aquisição.

O TRE/PA aplica as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) – atualmente disciplinadas pela NBC TSP 07, que estabelece o tratamento contábil para os itens do Ativo Imobilizado –, no que se refere à depreciação dos bens móveis, desde 2010.

As taxas mensais de depreciação são fixadas conforme programação própria do sistema corporativo de patrimônio ASIWeb, desenvolvido pela Link Data Informática S/A em contrato mantido com o Tribunal Superior Eleitoral. Esse sistema é utilizado no âmbito da Justiça Eleitoral para o gerenciamento e o controle dos bens móveis e dos estoques em almoxarifado. Considera-se como tempo de vida útil, aquele adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), descrito no Manual SIAFI específico sobre Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Pública Federal (Macrofunção 02.03.30).

Nessa estimativa do tempo de vida útil de um bem, e no estabelecimento da taxa de depreciação mensal, seguem-se os seguintes critérios:

- a) A capacidade de geração de benefícios futuros;
- b) O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; e
- c) A obsolescência tecnológica.

Pelo sistema ASIWeb, utiliza-se o método das quotas constantes, que consiste na divisão do valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, para se estabelecer o valor da taxa mensal de depreciação. Periodicamente, o sistema ASIWeb emite relatórios com a indicação dos valores mensais a ser reconhecidos como despesas com depreciação dos bens móveis, que são registrados contabilmente.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

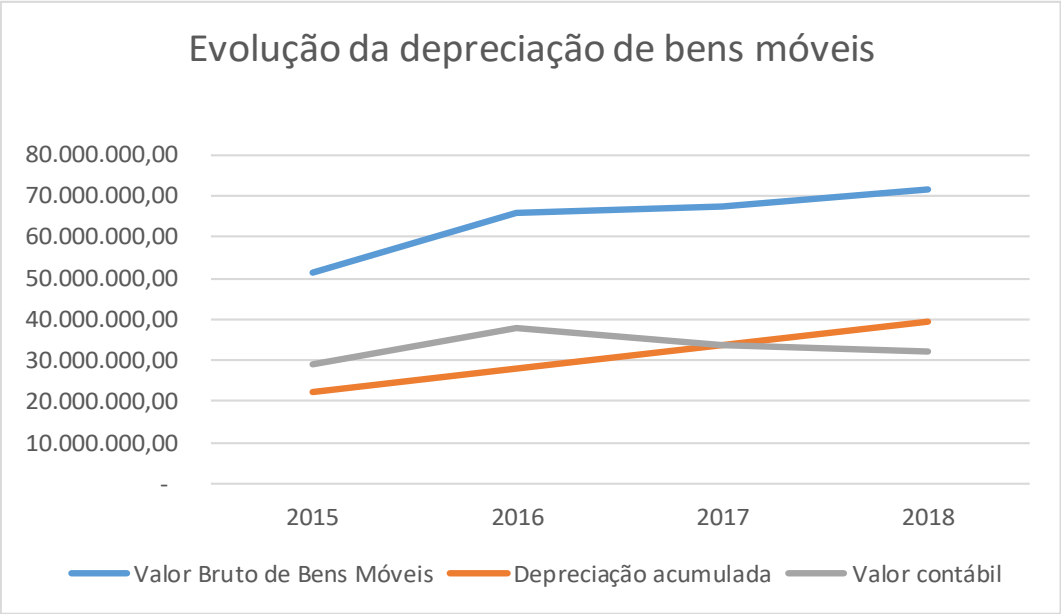
Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio

Depreciação

No gráfico, observa-se a evolução da depreciação acumulada nos últimos 4 anos (linha laranja), demonstrando que o TRE/PA vem aplicando as taxas correspondentes. Também se observa que essa depreciação acompanha, linearmente, o próprio crescimento no montante de bens móveis incorporados em igual período (linha azul), consequência da política do Tribunal em renovar seu patrimônio de bens móveis com novas aquisições e outros tipos de entrada. Destaca-se que houve baixas de bens classificados como inservíveis, já consideradas na determinação do montante de bens móveis ao final de 2018.

Em 2018, não houve procedimentos de reavaliação e de perda por redução ao valor recuperável de bens móveis. Desse modo, considerou-se o “valor contábil” (líquido) de cada item do Ativo Imobilizado após deduzida a depreciação acumulada (linha cinza).

	Demonstrativo da evolução da depreciação de bens móveis			
	2015	2016	2017	2018
Valor Bruto de Bens Móveis	51.390.673,60	65.715.047,31	67.310.983,00	71.648.344,36
Depreciação acumulada	22.500.422,65	28.045.202,34	33.706.446,76	39.473.600,02
Valor contábil	28.890.250,95	37.669.844,97	33.604.536,24	32.174.744,34



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio

Depreciação

No que tange aos bens imóveis da União de uso deste Tribunal, também houve registros de despesas de depreciação dos Edifícios em 2018. No entanto, tais registros são realizados diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), com base em planilhas encaminhadas regularmente pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a partir do sistema SPIUNet, à medida em que se dá o cadastro do imóvel nesse sistema.

No exercício, o total das despesas de depreciação desses imóveis foi de R\$168.537,81 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos)



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio

Amortização

Desde o exercício de 2012, esta UPC realiza os registros de amortização dos ativos intangíveis registrados em seu patrimônio, sendo que o critério para sua contabilização é a avaliação dos potenciais de geração de benefícios dos bens registrados contabilmente.

A partir de janeiro de 2016, mediante o COMUNICA SIAFI – Mensagem: 2015/1799873 – emitido pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT) em 11/11/2015, foi expedida a orientação segundo a qual as contas do subgrupo 124 – ATIVO INTANGÍVEL seriam segregadas em ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA e ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA, sendo que apenas o primeiro grupo estaria sujeito à amortização, conforme previsto no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP e nas Normas Internacionais de Contabilidade. Neste caso, o ativo intangível com vida útil indefinida não estaria mais sujeito à amortização.

Tendo em vista que esta UPC possui um grande número de bens classificados como intangíveis (softwares) registrados contabilmente, foi necessário realizar pesquisa junto à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) deste TRE visando saber quais dos bens registrados ainda estariam sendo utilizados, bem como se haveria possibilidade de definir a vida útil para cada um deles.

Após razoável período de análise, a Seção de Redes (SRD) informou que não seria possível fazer essa mensuração da vida útil dos ativos intangíveis. Conforme informado pela Seção, muitos desses softwares que haviam sido instalados não estavam mais em uso, bem como não mais contribuiriam para geração de benefícios futuros por já estarem defasados.

Por fim, o Setor competente orientou que os softwares em questão tinham vida útil indefinida, sendo que, apenas em julho de 2016 foram adquiridos bens (softwares) que apresentavam vida útil definida, ou seja, os bens adquiridos mediante os contratos firmados com as empresas OST SERVICES COM. DE PREST. DE SERVIÇOS LTDA (Contrato 43/2016) e OS&T COMÉRCIO E CONSULTORIA DE INFORMÁTICA LTDA (Contrato 42/2016).

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

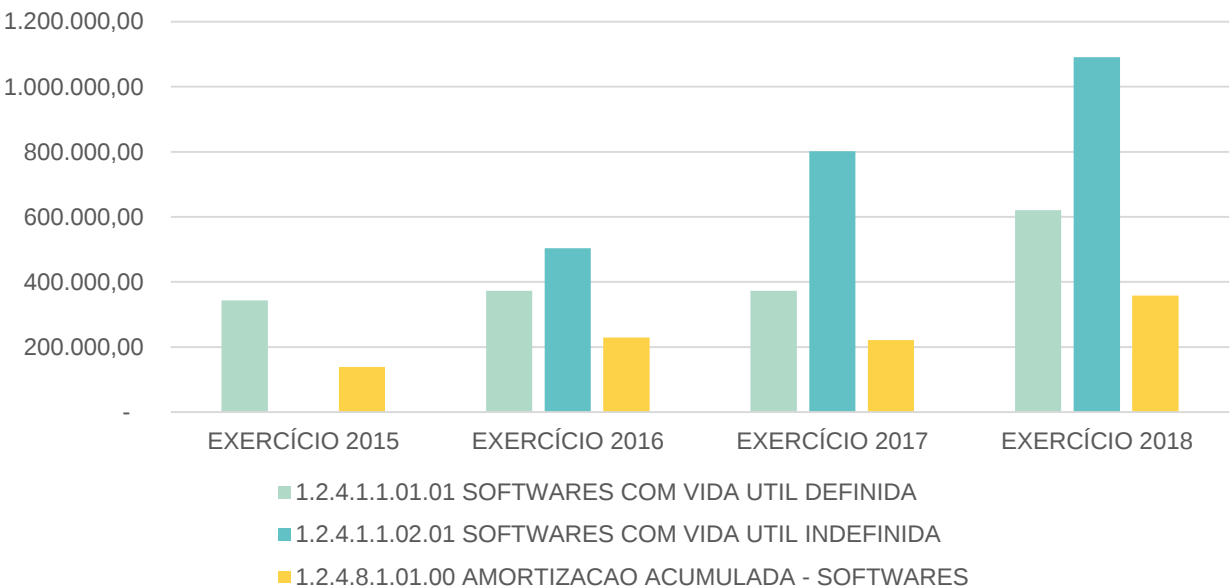
Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio

Amortização

Desta forma, foram realizadas análises e feitos os cálculos da amortização incidente sobre os softwares com vida útil definida e feitos os registros contábeis necessários, sendo que no final de 2017 o valor registrado a título de amortização para os softwares com vida útil definida perfazia R\$ 175.865,01 (cento e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e um centavo).

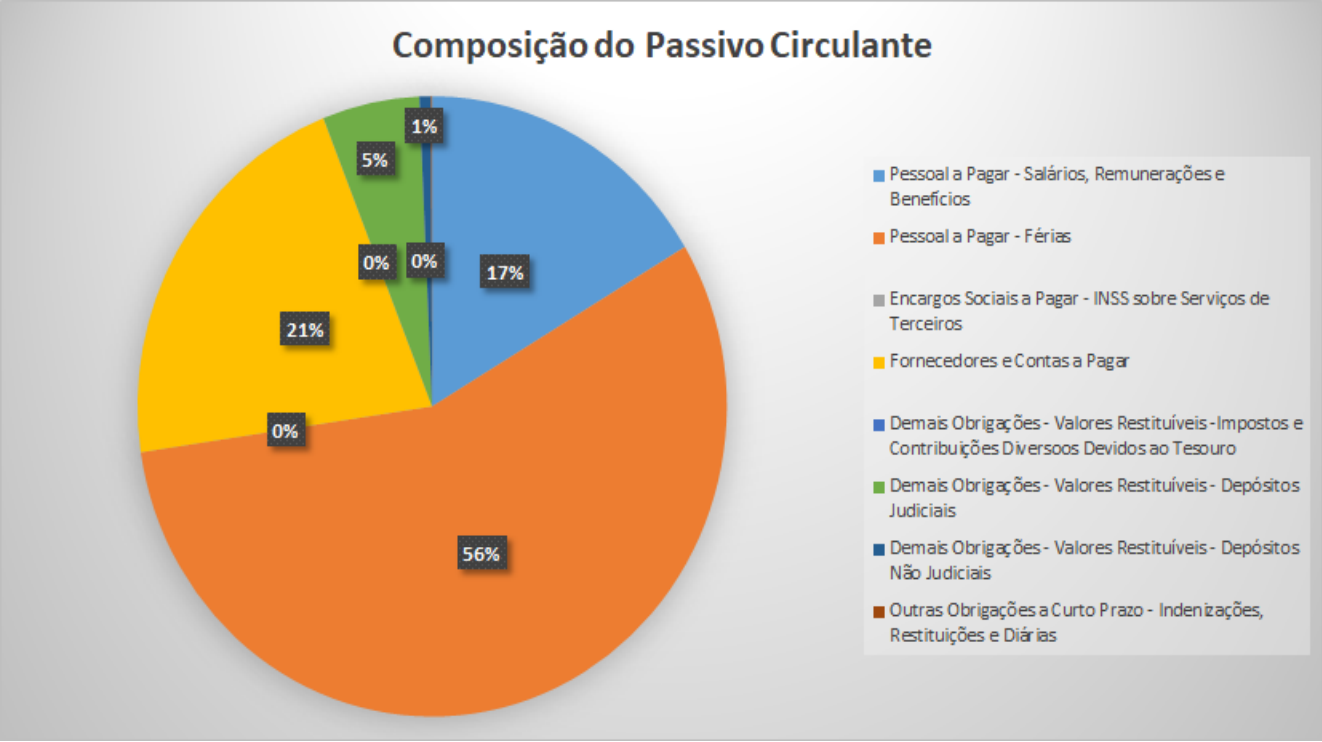
Entende-se, portanto que grande parte dos softwares pertencentes a este Tribunal são de vida útil indefinida já que apenas alguns se enquadram neste princípio.

EVOLUÇÃO DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOTFWARES



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial



COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE	
Pessoal a Pagar - Salários, Remunerações e Benefícios	1.755.870,70
Pessoal a Pagar - Férias	6.015.625,32
Encargos Sociais a Pagar - INSS sobre Serviços de Terceiros	132,38
Fornecedores e Contas a Pagar	2.284.838,42
Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro	22,61
Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Judiciais	569.465,66
Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Não Judiciais	68.007,82
Outras Obrigações a Curto Prazo - Indenizações, Restituições e Diárias	6.348,55

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Composição do Grupo de Passivo Circulante

Todas as obrigações com terceiros estão alocadas no Passivo Circulante. Não há saldo contabilizado no Passivo Não Circulante, que abrange as obrigações de longo prazo. Assim, o Passivo é composto, em sua totalidade, por obrigações de curto prazo.

Pessoal a Pagar - Salários, Remunerações e Benefícios

Do total, R\$ 15.122,85 referem-se a despesas com pessoal inscritas em restos a pagar processados, ou seja, referente folha de pagamento de pessoal já liquidada. O restante, R\$ 1.740.747,85, referem-se a passivos de pessoal registrados pela Contabilidade, cujas obrigações foram reconhecidas, porém o pagamento depende de disponibilidade orçamentária.

Pessoal a Pagar - Férias

O montante (R\$ 6.015.625,32) se refere às apropriações mensais de despesa com férias, cuja obrigação é contabilizada de acordo com o regime de competência.

Encargos Sociais a Pagar - INSS sobre Serviços de Terceiros

Trata-se de contribuição previdenciária para o INSS a recolher (R\$ 132,38), incidente sobre serviços de pessoa física.

Fornecedores e Contas a Pagar

Obrigações com terceiros pela prestação de serviços ou fornecimento de materiais (R\$ 2.284.838,42). Trata-se de despesas que já passaram pelo estágio da liquidação ou que se encontram em processo de recebimento.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro

Trata-se de valor devido a título de tributo (R\$ 22,61), retido sobre pagamento realizado a terceiros e cujo recolhimento ficou pendente.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Judiciais

Corresponde a valores apreendidos e decorrentes de arbitramento de fiança, em virtude de ilícito eleitoral, totalizando R\$ 569.465,66, que são depositados em conta judicial específica e aguardam o trânsito em julgado dos respectivos processos.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Não Judiciais

O montante (R\$ 68.007,82) se refere a valores devolvidos pelo banco, relativos a despesas de exercícios anteriores de pessoal, cujos pagamentos não puderam se processar em razão de inconsistência de dados bancários dos credores.

Outras Obrigações a Curto Prazo - Indenizações, Restituições e Diárias

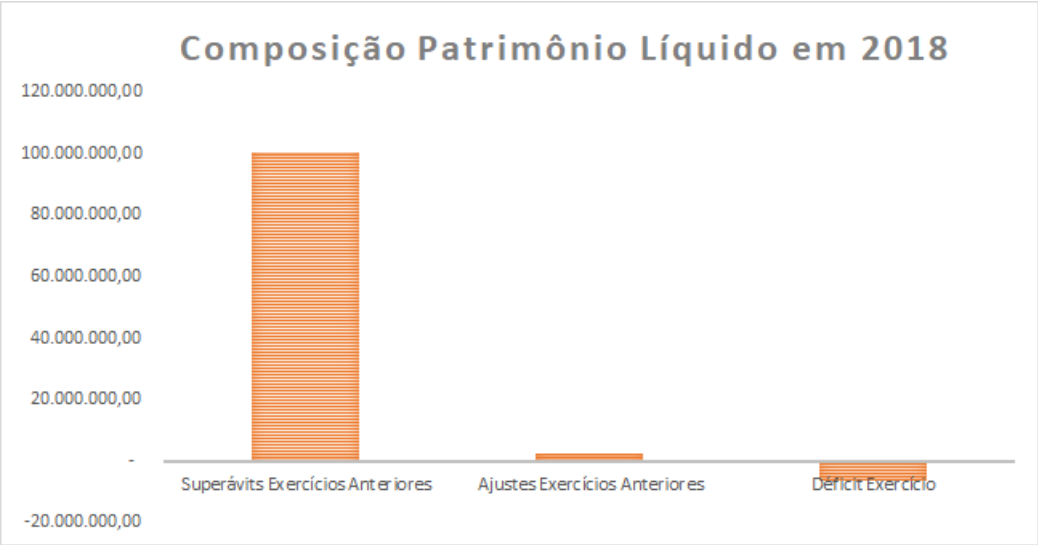
Obrigações devidas a servidores que já passaram pelo estágio de liquidação da despesa (R\$ 6.348,55), restando tão somente a emissão da ordem bancária.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Composição do Patrimônio Líquido

Composição do Patrimônio Líquido	
Superávits Exercícios Anteriores	100.312.496,58
Ajustes Exercícios Anteriores	2.485.569,03
Déficit Exercício	- 6.300.978,51
Fonte: SIAFI/STN	



	Comparativo do saldo final de Ajustes de Exercícios Anteriores			
	2015	2016	2017	2018
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 818.350,22	- 281.381,74	- 338.660,28	2.485.569,03
Fonte: SIAFI/STN				



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

Composição do Patrimônio Líquido

Ajuste de Exercícios Anteriores

Em 2018, houve 9 (nove) lançamentos contábeis de ajustes de exercícios anteriores, para acertos de saldos patrimoniais no Ativo e no Passivo, atribuídos a fatos ocorridos antes do Exercício de referência. Nesse sentido, registrou-se 1 (uma) recomposição de saldo na conta do Ativo Circulante de Assinaturas e Anuidades a Apropriar (pagamento antecipado), de R\$11.138,29 (onze mil, cento e trinta e oito reais e vinte e nove centavos).

Dentro dos procedimentos adotados no âmbito da Justiça Eleitoral para ajustes nos saldos em contas patrimoniais de adiantamentos concedidos e de obrigações a pagar, respectivamente do Ativo e do Passivo Circulantes e relacionadas à folha de pagamento de servidor, foram baixados R\$40.899,98 (quarenta mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) da conta de Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, e R\$1.289.562,71 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos) de Adiantamento de Férias.

Também foram baixados R\$624.627,47 (seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos) da conta de Décimo Terceiro Salário a Pagar, e R\$1.026.384,66 (um milhão, vinte e seis mil e trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) de Férias a Pagar.

No encerramento contábil do Exercício, houve mais desincorporações de passivos a pagar, de Décimo Terceiro e de Férias, no total de R\$2.153.881,30 (dois milhões, cento e cinquenta e três mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, seja resultante ou independente da execução orçamentária. Indica o resultado patrimonial do exercício, podendo ser positivo ou negativo.

O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Assemelha-se à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, por meio do qual se apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

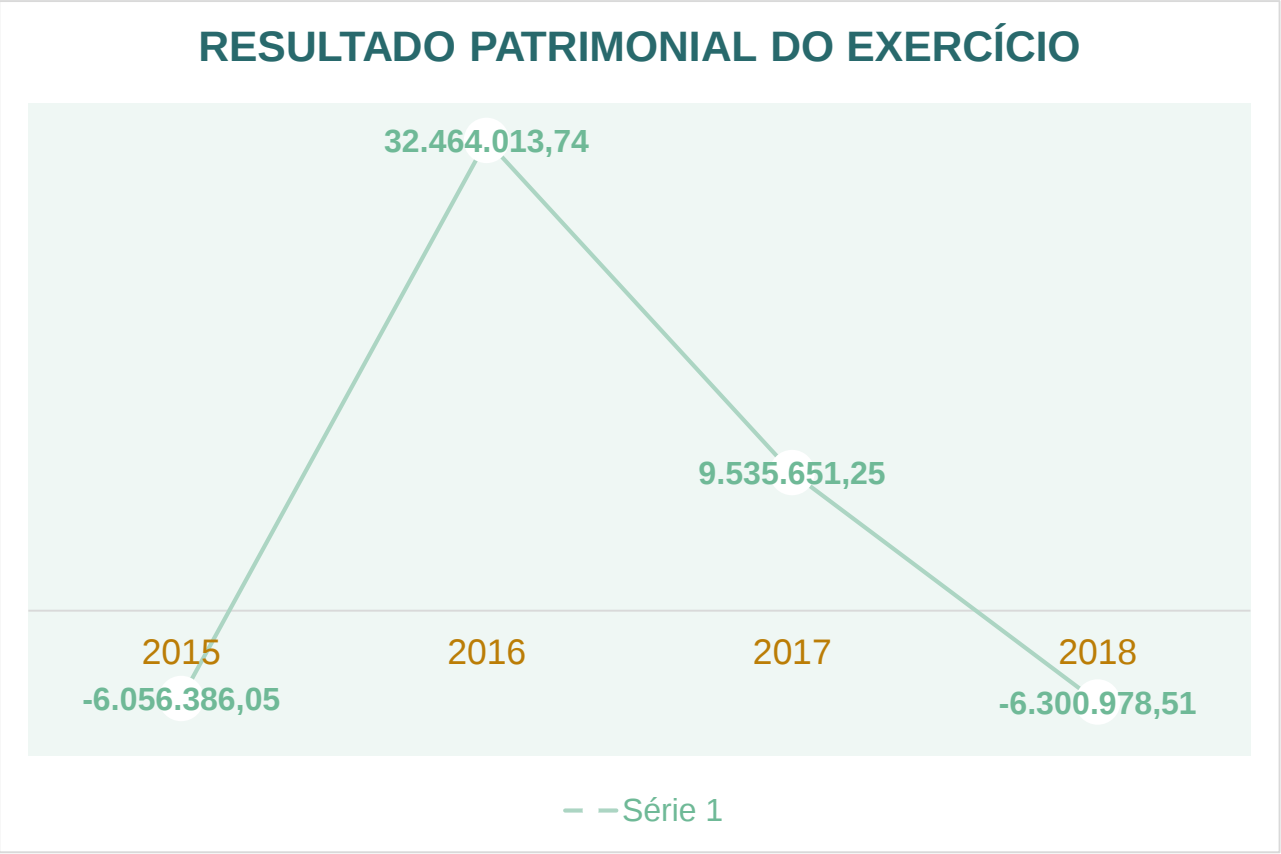
No setor público, contudo, o resultado patrimonial não funciona como um indicador de desempenho, mas sim como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tomando-se como base o exercício de 2015, quando foram implementados o novo plano de contas aplicado ao setor público e os novos demonstrativos contábeis, verificam-se variações significativas nos exercícios subsequentes, conforme demonstrado no gráfico:



Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Demonstração das Variações Patrimoniais

Entre os exercícios de 2015 e de 2018, o resultado patrimonial foi influenciado, em especial, pelos montantes apurados nos seguintes itens:

Variações Patrimoniais Ativas (VPA)

- Reavaliação de Ativos (decorrente da avaliação periódica de bens móveis e imóveis)
- Ganhos com Incorporação de Ativos (aquisição de bens móveis e construção de bens imóveis)
- Desincorporação de Passivos (trata-se de ajustes contábeis e da quitação de passivos, sobretudo, de pessoal)

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

- Incorporação de Passivos (pelo registro contábil de passivos, sobretudo, de pessoal)
- Desincorporação de Ativos (desfazimento de bens móveis)
- Depreciação e Amortização (registro contábil pelo desgaste dos bens, considerando a vida útil)

No exercício de 2018, as VPAs acima relacionadas foram inferiores às VPDs, influenciando no resultado patrimonial negativo.

Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas

Demonstração das Variações Patrimoniais

O quadro abaixo demonstra o resultado patrimonial de 2018, confrontando-se o total registrado de VPAs e VPDs no exercício:

VPA	VPD	Resultado Patrimonial (VPA-VPD)
257.320.291,29	263.621.269,80	-6.300.978,51

Importante esclarecer que além de ser influenciado pela execução orçamentária, com a aplicação dos recursos em pessoal, serviços e bens, também causa reflexos no resultado patrimonial o trabalho de análise e registros contábeis dos atos e fatos que independem do orçamento, realizados pela Contabilidade de acordo com as Normais Contábeis, o que contribui para a fidedignidade dos demonstrativos contábeis.